

MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UMA VISÃO DO ESTADO DA ARTE

Cláudia de Oliveira Pacheco⁵⁰

Ângela Maria Gonçalves de Oliveira⁵¹

Resumo

A educação brasileira, de uma forma geral, teve atrasos históricos e, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), esse atraso é ainda maior. É inegável que ao longo dos anos, vários avanços foram sendo conquistados, sendo a Constituição de 1988 o grande marco legal. O presente estudo objetiva compreender o direito à educação de Jovens e adultos, tomando como referência a Constituição Federal de 1988, a partir da análise de artigos publicados entre 2019 a 2022, procurando identificar as raízes das problemáticas dessa modalidade de ensino. Como metodologia utilizamos o Estado da Arte visando mapear as principais produções acadêmicas da plataforma Capes dentro dos critérios de pesquisa com a temática EJA. Os resultados nos mostraram 88 artigos que discutem a temática em questão.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Legislação; Educação de Jovens e Adultos.

Introdução

A educação é um direito social e humano defendido em vários documentos legais, desde do ponto de vista global, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, até uma perspectiva nacional, a Constituição Federal de 1988. Soma-se a isso, os vários outros dispositivos legais que contribuíram para superar as dificuldades educacionais presente no país, que são constituídos desde os princípios mais básicos, como acesso e a permanência.

⁵⁰ Mestranda do curso de Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: claudiaoliveira3275@gmail.com

⁵¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades - PPGECH da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: angelabiase@ufam.edu.br

A trajetória educacional no Brasil apresentou vários percalços, desde o período colonial até a atualidade, sendo muitas das nossas dificuldades que ainda persistem são fundamentadas nas nossas origens, por isso, analisar a trajetória histórica de um objeto de estudo contribui para importantes delineamentos acerca da temática de uma pesquisa.

Nesse contexto a educação brasileira de uma forma geral teve vários atrasos, sendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) a modalidade que apresentou e ainda apresenta muitos desafios, em grande parte pelo perfil do seu público, “grupos sociais marcados pela reversão da desigualdade no acesso à educação por coletivos sociais historicamente marginalizados” (Souza & Vieira, 2021, p.214) ocasionando a falta de interesse por parte do poder público em valorizar essa etapa de ensino.

O presente artigo tem como objetivo compreender o contexto histórico dos marcos legais da Educação de Jovens e Adultos no que concerne ao direito à educação no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, de forma a identificar as raízes das problemáticas em torno dessa modalidade ao longo dos anos, a partir de uma pesquisa do tipo estado da arte, de forma a mapear as principais produções relacionadas a essa temática no período de 2019 a 2022 no Portal Periódicos Capes, com os descritores educação jovens adultos, direito, acesso e permanência, resultando 88 artigos.

Metodologia

As pesquisas denominadas Estado da Arte não são muito difundidas no país, apesar de termos um cenário em ascensão é uma metodologia que pode ser conceituada como uma análise da produção acadêmica de uma determinada área de conhecimento (Freitas & Pires, 2015), um mapeamento de alguma temática, ou de forma mais direta “Pesquisas que estudam pesquisas” (Slongo, 2004, p.21). Um dos autores mais citados ao se falar de Estado da Arte (Freitas & Pires, 2015) a definem como:

As pesquisas do tipo Estado da Arte são definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações

de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p.258).

Essa linguagem acadêmica consiste no nível mais alto de conhecimento a respeito de um determinado campo, com possibilidades de ampliação de perspectivas, enfoques e verificação de lacunas nas produções referentes a determinada temática (Moretti, 2021).

Mediante tais considerações o presente artigo tem como objetivo compreender sobre os principais marcos legais acerca da Educação de Jovens e Adultos a partir da Constituição Federal de 1988.

A plataforma utilizada para consulta dos artigos foi o Portal Periódicos Capes, (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a escolha se deu por ser uma biblioteca virtual que dá acesso a outras bases com informações confiáveis e de alta qualidade. Segundo Gil (2008, p. 62), os periódicos constituem, atualmente, o meio mais importante para a comunicação científica, e graças a eles é que “vem-se tornando possível comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade na investigação científica”.

Os descritores utilizados na plataforma Capes foram, Educação Jovens Adultos, selecionando o campo título, EJA, com o conector “ou” e direito, acesso e permanência com os conectores “e” nos filtros de busca avançada.

Quanto aos filtros para personalizar os resultados na plataforma capes foram escolhidos os periódicos revisados por pares, artigos, apenas material em português e os anos de 2019 a 2022. Ao refinar o resultado foram encontrados 88 artigos⁵².

A princípio, a seleção inicial foi realizada através da leitura dos títulos e das palavras-chave, o que Bardin conceituava como leitura flutuante, “um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise” (2011, p. 126), em seguida foram selecionados 10 artigos, porém com a insatisfação do resultado insuficiente, foram lidos na íntegra todos os 88 artigos, de forma a verificar se de fato os materiais encontrados tinham afinidade com a pesquisa.

⁵² 1 artigo duplicado

Resultados

Os resultados gerados pela plataforma capes, como mencionado acima foram 88 artigos, devido aos critérios de exclusão 72 artigos foram eliminados por não terem afinidade com a temática do trabalho, ou seja, eram relacionados a EJA em outras vertentes, 1 por apresentar duplicidade. Por fim, 15 artigos foram incluídos como base de referência para a pesquisa, anteriormente apenas 10, mas com a leitura completa esse número foi ampliado.

Dos 72 artigos excluídos as temáticas foram variadas, educação financeira, emocional, inclusão, formação de professores, currículo, políticas, educação do campo, gêneros textuais, livro didático, ensino profissionalizante (sem as bases legais), ensino remoto, inclusão digital, relatos de experiências, contexto Paulo Freire, sistema prisional, representações sociais, questões de gênero, contexto indígena, ensino médio, universitário, estaduais e outros países, direito à educação, políticas públicas.

Importante destacar alguns pontos que nos proporcionam uma visão geral a respeito dos resultados: (1) foi encontrado uma quantidade razoável de produções diante dos critérios estabelecidos (88), verificamos que somente cerca de 17% (15) foram incluídos na base da pesquisa; (2) apesar de detalhar os critérios houve um grande número de artigos excluídos: 82% (72); (3) apenas 1% de artigos duplicados.

Vale ressaltar que dez artigos incluídos são classificados em revistas de qualis B1, uma B2, duas B5, uma A1 e um artigo em revista de qualis A2, os conceitos mais altos. Abaixo segue a figura 1 com os artigos selecionados e suas principais informações:

Figura 1. Artigos plataforma CAPES

Título	Autores	Revista	Ano
Narrativas e direitos humanos: da (in)visibilidade das ruas para o empoderamento na educação de jovens e adultos	Kleyne Cristina Dornelas de Souza Maria Clarisse Vieira	ETD - Educação Temática Digital	2021
Educação de jovens e adultos uma abordagem metodológica para a humanização	Tiago Zanquêta de Souza Fátima Garcia Chaves	Revista de Educação Popular	2019
“VOLTEI pra escola. E agora?” Breves reflexões em torno da mambembe-metamórfica-inacabada trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil – possibilidades de uma outra educação	Noelia Rodrigues Pereira Rego	Horizontes	2019

Os estudantes da educação de jovens e adultos	Elisa Campos Teodoro Silvia Alves dos Santos	Revista de Educação Popular	2020
Políticas públicas para educação de jovens e adultos em movimento e disputa	Nakita Ani Guckert Marquez Dalva Maria Alves Godoy	Revista de Educação Popular	2020
Reflexões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos	Suelen Santos Maurício	Revista de Educação Popular	2020
Educação de Jovens e Adultos sob a perspectiva da Pedagogia Social	Antônio Paulo Guillen Hurtado Carlos Cesar Garcia Freitas Karine de Paula Ramos Hurtado	Revista de Educação Popular	2020
A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como política pública no município de São Paulo (SP): uma revisão bibliográfica	Denise Dias dos Santos Natália Frizzo de Almeida	e - Mosaicos	2020
Estimativa do estoque da população apta a demandar por educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo em 1995 e 2015	Flávia Vitor Longo Joice Melo Vieira	Revista Brasileira de Estudos de Pedagógicos	2021
Educação de Jovens e adultos: um Sul teórico descolonial para compreender o contexto latino-americano	Carolina Schenatto da Rosa Gilberto Ferreira da Silva	Revista Cocar	2019
Aspectos da construção histórica da identidade da educação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal: enfoque na agenda política e suas práticas discursivas	Maria Margarida Machado Rosanna Barros	Cadernos de História da Educação	2020
Programas federais de alfabetização de jovens e adultos do Plano Nacional de Alfabetização ao Programa Brasil Alfabetizado	Claudia de Souza Teixeira Elaine de Araújo Guimarães	Educação Popular	2019
Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: uma face da História nas produções acadêmicas no final do Século XX	Juliano Guerra Rocha Ilsa do Carmo Vieira Goulart	Cadernos de História da Educação	2020
Política pública educativa PROEJA: entre o plano dos discursos e o plano da ação no contexto do neoliberalismo	Tânia Maria Dantas Flores	Holos	2020
A política de educação de adultos integrada à educação profissional no Brasil: das políticas às práticas	Mariglei Severo Maraschin, Liliana Soares Ferreira	Holos	2020

Na figura abaixo é possível verificar a relação de periódicos e as quantidades de artigos:

Figura 02

Quantidade de artigos por periódicos

Periódicos	Quantidade de artigos
Currículo sem fronteiras	1
Revista de Educação Popular	11
Colloquium Humanarum	2
ETD - EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL	4
Horizontes Antropológicos	2
Cadernos de História da Educação	5
Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas	1
Holos	7
Educação e Pesquisa	1
Revista Thema	1
ZETETIKE	1
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)	2
e – Mosaicos	3
Revista Práxis Educacional	2
Signum: Estudos da Linguagem	1
Revista Perspectiva	1
Revista Cocar	5
Travessias revista	1
Educação	3
Revista Pensar a Prática	1
Research, Society and Development	2
LAPLAGE EM REVISTA	1
Revista Exitus	1
ETD – Educação Temática Digital	2
EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação	1
Revista Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais (EDaPECI)	1
Roteiro	2

Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	1
EccoS – Revista Científica	5
Revista Brasileira de Educação do Campo	6
Movimento	1
Educação Unisinos	1
Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	1
Revista de Administração Pública	1
Revista Brasileira de Ciência Política	1
Periferia	1
Revista Estudos Femininos	1
Nova economia	1
Original Article	1
Revista do Serviço Público	1
Textura - Revista de Educação e Letras	1

É possível observar que apesar de apresentar uma grande variedade de revistas no resultado da pesquisa, ao total 41 periódicos, apenas 5 apresentaram mais de quatro artigos referentes a Educação de Jovens e Adultos a partir dos critérios estabelecidos.

De forma que apenas 8 revistas concentraram os 15 artigos selecionados com o contexto histórico dos dispositivos legais da EJA no que concerne o direito à educação no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, o que nos leva a concluir que mesmo sendo um tema de grande relevância as revistas publicam poucas produções dentro desse assunto.

Considerando o aspecto regionalização as publicações estão centralizadas na Região Sul e Sudeste com 5 artigos, seguida da região centro-oeste com 3, Norte e Nordeste com 1, quanto aos anos de publicação, apesar do filtro 2019 a 2022, no ano de 2022 não apresentou resultados, 2021 com 2 artigos, 2020 com 8 artigos e 2019 com 5 artigos, conforme apresentado no quadro 1.

Todos os artigos escolhidos tinham como elemento central a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos, através das bases legais, porém outros elementos também tiveram destaques que colaboram para o acesso e permanência nessa modalidade ensino, como a década de 90, pela sua contradição, leis aprovadas, porém sem financiamento, as produções acadêmicas impulsionadas pela LDB, a abordagem a partir de um contexto local ou internacional, as políticas

públicas e o perfil do alunado da EJA, que por muitas vezes apresentam uma vulnerabilidade social. Abaixo elenquei algumas considerações acerca dos artigos escolhidos.

O que dizem os artigos?

Analisando os artigos da plataforma capes podemos observar as seguintes pontuações relevantes referentes ao objetivo proposto no estudo: 1) Narrativas e direitos humanos: da (in)visibilidade das ruas para o empoderamento na educação de jovens e adultos, com o foco em pessoas em situação de rua, o artigo dialoga sobre o direito a educação desse público e como a educação de jovens e adultos pode ser uma política de atendimento para pessoas de ruas, destaca sobre a EJA:

No Brasil, apesar de a educação ser um direito garantido desde a Constituição de 1934 e reafirmado pela Carta de 1988, há uma negação histórica desse direito aos mais pobres, aos negros, aos indígenas e às mulheres, público que majoritariamente constitui a modalidade de educação de jovens e adultos (Souza & Vieira, 2021, p. 222).

Ou seja, a garantia ao direito a educação promulgada por documento legal não sendo assegurada para o público mais vulnerável.

2) Educação de jovens e adultos: uma abordagem metodológica para a humanização, podendo complementar o artigo anterior é possível observar que apesar de ganhos legais os alunos da EJA ainda são excluídos do processo educacional, “apesar das conquistas, é possível observar que a EJA ainda transita às margens da educação brasileira, submetida a um lugar de pouco valor que, sem dúvida, guarda estreita relação com o lugar social das pessoas às quais se destina” (Souza & Chaves, 2019, p. 131).

3) “VOLTEI pra escola. E agora?” Breves reflexões em torno da mambembe-metamórfica-inacabada trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil – possibilidades de uma outra educação, é um estudo etnográfico que traz importantes delineamentos acerca do direito à educação, enfatiza: “O público da Educação de Jovens e Adultos é, sem dúvida, expressão máxima da complexa relação direito, cidadania e educação” (Rego, 2019, p. 3), mesmo sendo um público fruto da universalização do ensino não concluíram seus estudos.

4) Os estudantes da educação de jovens e adultos: um olhar sobre suas condições de estudo e trabalho, é um estudo com a proposta de compreender o perfil dos alunos do ensino noturno, contextualizando através das reformas educacionais, principalmente a partir da década

de 90. Esse olhar para esse período do país, trouxe importantes considerações para essa pesquisa de cunho histórico, fica claro as contradições dessa década para a EJA.

5) Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa, é um artigo que contextualiza as políticas públicas da EJA a partir de sua trajetória histórica de modo a refletir como influenciou o cenário dessa modalidade até os dias de hoje. Um dos textos que mais se adequou aos objetivos da presente pesquisa, descreve no estudo como a EJA é pensada fragmentada e descontínua, fato que compromete a sua democratização, destacou a falta de investimento nessa modalidade e de inclusão em importantes documentos, como a primeira versão da BNCC, além de dificultar o básico, proporcionar o acesso a permanência. Fica claro a fragilidade dessa etapa de ensino em pensar por exemplo que na década de 90 os investimentos não se voltaram para essa modalidade: “Pensavam-se programas e ações, mas não se priorizavam verbas, demonstrando a falta de políticas educacionais consolidadas nesta área” (Marquez & Godoy, 2020, p. 34), como ocorreu através da exclusão da EJA das verbas no FUNDEF.

6) Reflexões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos, Suelen Santos discorre no artigo sobre as DCNs para a Educação de Jovens e Adultos, documento que normatiza as regras a serem cumpridas para as modalidades de ensino, além de pontuar também as reformas educacionais da década de 90 e frisar o pensamento neoliberal, colaborou principalmente na explicação sobre as DCNs, como importante documento na legislação educacional brasileira.

7) Educação de Jovens e Adultos sob a perspectiva da Pedagogia Social, faz em um primeiro momento um levantamento histórico, para depois aprofundar na pedagogia social, uma forma de favorecer a inclusão desse público e possibilitar a permanência na escola a partir de uma concepção integral do indivíduo, pois parte de uma perspectiva de pessoas em condições de risco e vulnerabilidade, acreditando que toda forma de fortalecer os alunos da EJA quanto ao direito escolar é válido. Mas uma vez a perspectiva histórica narrada no texto contribui na temática do artigo.

8) A Educação de jovens e adultos (EJA) como política pública no município de São Paulo (SP): uma revisão bibliográfica, apesar de focar no município de São Paulo o artigo discorre sobre importantes pontuações acerca das políticas públicas dessa modalidade, destaco: “Os impasses para a implantação justa e democrática dessa modalidade de ensino foram norteados pela falta de ações públicas concretas voltadas ao direito à educação de jovens e adultos” (Santos & Almeida, 2020, p.11). Fica claro como a EJA ainda não se tornaria prioridade na educação brasileira.

9) Estimativa do estoque da população apta a demandar por educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo em 1995 e 2015, assim como o artigo anterior a referida publicação tem como referência o Estado de São Paulo pontua entre várias colocações interessantes como grande parte da legislação educacional brasileira tem como foco as crianças e adolescentes, porém partindo da Constituição de 1988 todos deveriam estar nesse pressuposto: “A partir da perspectiva da educação como direito de todos, deveria se tratar também de uma demanda estimulada pelo próprio Estado” (Longo & Vieira, 2021, p. 3).

10) Educação de Jovens e Adultos: Um sul teórico descolonial para compreender o contexto latino-americano, com a temática de EJA, mas com foco na América Latina, o texto traz importantes reflexões demonstrando que as desigualdades sociais não é algo restrito ao país, mas de todo o continente, como frisa, “o acesso e, principalmente, a permanência de pessoas que não pertençam à elite no sistema educacional ainda é um desafio em nosso continente” (Rosa & Silva, 2019, p. 218).

11) Aspectos da construção histórica da identidade da educação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal: enfoque na agenda política e suas práticas discursivas, traz importantes considerações acerca da EJA no Brasil e Portugal destacando como os dois países tiveram processos de redemocratização diferentes, como as autoras frisam no seu texto, Portugal teve um cenário político considerado revolucionário, resultando em uma relação Estado e sociedade civil intensificadas tornando a educação de jovens e adultos uma das prioridades, fato que não ocorreu no Brasil. Apesar do comparativo interessante de se abordar, o artigo contribuiu no contexto dessa pesquisa quando discorre o processo pós democratização do país “Todas essas iniciativas legais e administrativas de atuação da sociedade política na pauta da EJA contaram, para sua efetivação como direito, com uma pressão e atuação diversificada de vários setores da sociedade civil” (Machado & Barros, 2020, p.97).

12) Programas federais de alfabetização de jovens e adultos: do Plano Nacional de Alfabetização ao Programa Brasil Alfabetizado, com o objetivo de analisar programas federais brasileiros de alfabetização para jovens e adultos desenvolvidos nos últimos cinquenta anos a publicação destaca:

No Brasil, embora os índices de analfabetismo estejam diminuindo, em 2018, 6,8% da população acima de 15 anos era ainda analfabeta (IBGE, 2019). Isto quer dizer que milhões de brasileiros não estão plenamente inseridos na sociedade. Portanto, faz-se necessário que as políticas públicas de combate ao analfabetismo entre jovens e

adultos avancem na perspectiva democrática e de promoção da cidadania (Teixeira & Guimarães, 2019, p. 124).

Percebe-se a lentidão do país no que refere ao combate ao analfabetismo, mesmo respaldado por bases legais e políticas públicas, ainda é grande o percentual de pessoas não alfabetizadas, que poderiam estar nas classes de EJA.

13) Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: uma face da História nas produções acadêmicas no final do Século XX, o referido artigo discorre sobre a tríade de produções acadêmicas, alfabetização de jovens e adultos e século XX, mais precisamente de 1978 a 2000 sob a perspectiva de analisar o processo de pesquisa nas universidades acerca desse assunto, o texto traz interessantes pontuações ao citar Haddad e Paulo Freire teóricos bastantes discutidos no âmbito da EJA, principalmente com a publicação “O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil” e enfatizou como a década de 90 teve um volume de publicações muito grande, fato justificado pela promulgação da LDB de 1996, despertando o interesse de pesquisadores sobre o assunto, discorrendo também a partir de uma perspectiva histórica.

14) Política pública educativa PROEJA: entre o plano dos discursos e o plano da ação no contexto do neoliberalismo, ponto central da publicação o ensino profissionalizante com o PROEJA, uma política pública que no decorrer do artigo cita as falhas na sua execução, porém o aspecto mais importante do texto para contribuição da presente pesquisa é o foco na questão do acesso baseado nas legislações, principalmente no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000.

15) A política de educação de adultos integrada à educação profissional no Brasil: das políticas às práticas, o estudo tem como foco os institutos federais do Rio Grande do Sul, ou seja evidencia a Educação Profissional sob a perspectiva da educação de jovens e adultos, no decorrer da análise da EJA integrada ao ensino profissionalizante o artigo discorre inicialmente sobre as políticas públicas brasileiras, destacando a LDB e os fóruns da EJA, tópicos que fundamentam o artigo proposto com importantes trechos, reiterando que apesar do foco profissionalizante, a história da EJA é de muitas lutas e apesar das legislações vigentes, não é fomentada, em grande parte pela falta de investimentos, situação comum nessa modalidade de ensino.

Considerações Finais

A educação é um direito social que por muitas vezes é renegado, e ao falar de exclusão educacional a Educação de Jovens e Adultos sempre é discutida, uma vez que a realidade dessa

Psicologia, Educação e Cultura ■ Vol. XXVI, Nº 3 ■ Dezembro de 2022

modalidade historicamente foi excludente, em grande parte pela vulnerabilidade do perfil de alunos nesse segmento.

Analisando a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, podemos observar que a partir da Constituição de 1988 a modalidade começou a ter avanços mais significativos, a LDB destacou uma sessão a EJA, as Diretrizes Curriculares, assim como o Plano Nacional, com três metas a serem realizadas, é notório as tentativas de melhorar o acesso, a permanência e a qualidade dessa etapa de ensino.

No entanto as mudanças ocorridas ao longo dos anos ainda deixam lacunas em várias vertentes da EJA que contribuem para a falta de acesso, evasão e falta de qualidade no ensino. A carência de recursos financeiros também é um aspecto a ser refletido, uma vez que a EJA não é prioridade no repasse de verbas, conseqüentemente as políticas públicas não surgem o efeito esperado, conforme destacado nos artigos de Marquez, Godoy e Maraschin e Ferreira.

É possível observar que o Brasil é um país que construiu ao longo dos anos vários aportes legais para subsidiar o desenvolvimento do processo educacional, comparando com outros países do Mercosul temos um volume de dispositivos jurídicos educacionais consideráveis, porém tais documentos não refletem em índices satisfatórios quanto aos principais indicadores de qualidade no ensino. De forma que pode se concluir que muitas vezes a problemática está no processo de implementação, dificultando a educação rumo a sua democratização.

É notório que grande parte dos artigos tecem críticas as políticas educacionais da década de 90, contraditórias, realizaram leis, mas não investiram na modalidade, em grande parte pelo seu viés neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, como enfatizado pelos autores Maurício, Teodoro e Santos.

É importante destacar a década de 90 em um aspecto positivo, um volume de produções acadêmicas sobre a história da EJA no Brasil, impulsionadas em grande parte pela LDB no ano de 1996, de forma que possibilitou aprofundar o tema e suas conjecturas que desenharam o cenário dessa modalidade no país.

Por fim, entendemos que este trabalho tem um papel de destaque para a discussão e reflexão da trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos como papel fundamental para o acesso e permanência desse público nas escolas. É necessário repensar como os dispositivos legais sobre a EJA ainda não acompanham satisfatoriamente os índices dessa modalidade, apesar das várias vitórias na legislação serem conseguidas, conforme demonstrado nas produções

acadêmicas analisadas. Por isso, sempre é bom enfatizar que educação não deve ser um privilégio, mas um direito.

Referências Bibliográficas

- Bardin, Laurence. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edição 70.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 23, 257-272.
- Freitas, A. V., & Pires, C. M. C. (2015). Estado da Arte em educação matemática na EJA: percursos de uma investigação. *Ciênc. Educ*, 21, 637-654.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6th ed.). Atlas.
- Longo, F. V., & Vieira, J. M. (2021). Estimativa do estoque da população apta a demandar por educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo em 1995 e 2015. *R. bras. Est. Pop*, 38, 1-19.
- Machado, M. M., & Barros, R. (2020). Aspectos da construção histórica da identidade da educação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal: enfoque na agenda política e suas práticas discursivas. *Cadernos de História da Educação*, 19, 91-109.
- Marquez, N. A. G., & Godoy, D. M. A. (2020). Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. *Rev. Ed. Popular*, 19, 25-42.
- Moretti, I. (2021). *Estado da arte: confira o significado, como usar e exemplos*. Via Carreira. Retrieved May 21, 2022, from < <https://viacarreira.com/estado-da-arte/#:~:text=por%20e%2Dmail,O%20que%20%C3%A9%20estado%20da%20arte%3F,resp%20de%20um%20determinado%20campo> >
- Rego, N. R. P. (2019). ?VOLTEI pra escola. E agora?? Breves reflexões em torno da mambembe-metamórfica-inacabada trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil ? possibilidades de uma outra educação. *Horizontes*, 1-22.
- Rosa, C. S. d., & Silva, G. F. d. (2019). Educação de jovens e adultos: um sul teórico descolonial para compreender o contexto latino-americano. *Revista COCAR*, 13, 214-239.
- Santos, D. D. d., & Almeida, N. F. d. (2020). A educação de jovens e adultos (EJA) como política pública no município de São Paulo (SP): Uma revisão bibliográfica. *E-Mosaicos*, 9, 3-14.
- Slongo, I. I. P. (2004). *A produção acadêmica em ensino de biologia: um estudo a partir de teses e dissertações* [Tese de Doutorado, UFSC].
- Souza, K. C. D. d., & Vieira, M. C. (2021). Narrativas e Direitos Humanos: da (in)visibilidade das ruas para o empoderamento na educação de jovens e adultos. *Revista ETD - Educação Temática Digital*, 23, 129-145.
- Souza, T. Z. d., & Chaves, F. G. (2019). Fátima Garcia. Educação de jovens e adultos: uma abordagem metodológica para a humanização. *Rev. Ed. Popular*, 18, 129-145.
- Teixeira, C. d. S., & Guimarães, E. d. A. (2019). Programas federais de alfabetização de jovens e adultos: do Plano Nacional de Alfabetização ao Programa Brasil Alfabetizado. *Rev. Ed. Popular*, 18, 107-128.

LEGAL FRAMEWORKS OF YOUTH AND ADULT EDUCATION IN BRAZIL: A STATE OF THE ART VIEW

Abstract

Brazilian education, in general, had historical delays and, in Youth and Adult Education (EJA), this delay is even greater. It is undeniable that over the years, several advances have been made, with the 1988 Constitution being the great legal framework. The present study aims to understand the right to education for young people and adults, taking the Federal Constitution of 1988 as a reference, based on the analysis of articles published between 2019 and 2022, seeking to identify the roots of the problems of this type of education. With methodology, we use the State of the Art to map the main academic productions of the Capes platform within the research criteria with the theme EJA. The results showed us 88 articles that discuss the subject in question.

Keywords: Educational Policies; Legislation; Youth and Adult Education